

Violações das questões éticas no jornalismo em Moçambique¹

Toni André Scharlau Vieira²

Universidade Federal do Paraná

Resumo

O artigo apresenta um resumo da pesquisa desenvolvida em 2015 na capital moçambicana, Maputo. A pesquisa faz um foco mais específico para os níveis de percepção do público quanto aos casos de violação ética nos meios de comunicação de massa em Moçambique. O trabalho foi desenvolvido pelo autor e financiado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC) que tem sede em Maputo, com a colaboração de alunos do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. A ideia é que, com base nos resultados colhidos, fossem ampliados os questionamentos acerca dos contextos, motivações e tensões que contribuem para as tomadas de decisão de caráter ético no jornalismo moçambicano. Optou-se por uma metodologia qualitativa. As entrevistas, os depoimentos e as impressões pessoais foram colhidos através de métodos que buscam a expressão mais sincera dos pontos de vista. Com a utilização de grupos focais, buscou-se uma reflexão sobre como os conteúdos tem sido percebidos pelo público e como os profissionais se comportam frente aos desafios de manter padrões éticos diante de um cenário de questionamentos e mudanças da finalidade pública dos meios de comunicação.

Palavras -chave

Palavras chave: ética, jornalismo, grupo focal, Moçambique

As questões éticas sempre estiveram no centro das preocupações de pesquisadores dos meios de comunicação. Antes mesmo do reconhecimento acadêmico do campo do Jornalismo (que podemos datar a partir dos estudos de Otto Groth), escritores como Honoré de Balzac já apontavam mazelas no exercício da atividade. Em *Ilusões perdidas* Balzac escrevia, entre 1835 e 1843, sobre os esplendores e misérias de um poeta de província, Lucien de Rubempré, que faz carreira em Paris, obtendo sucesso meteórico quando entra para o jornalismo, e, na sequência, caindo em desgraça. Sua decadência se dá, em boa parte, pelos próprios poderes ambivalentes da imprensa.

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Professor do Curso de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR. toniandre@gmail.com

O escritor, autor de *Comédia Humana* (1842), ironicamente, também trabalhou como jornalista. Sua avaliação sobre a área, no entanto, é conhecida através da frase: "Se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la."

Segundo KARAN (1997), as primeiras preocupações sobre a ética na imprensa surgiram com a criação de um código de ética profissional criado em 1910, em Kansas, nos Estados Unidos da América. Na Europa criou-se, em 1918, o Código de ética dos Jornalistas Franceses. Fortemente influenciado pelo jornalismo dos EUA e da Europa, o Brasil só vai criar o seu primeiro Código de Ética em 1985, através da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), antes disso houve um outro texto de 1949 que é considerado por alguns autores como um código de ética. Já a classe patronal cria o código de ética da Associação Nacional de Jornais brasileiros, em 1991.

Em Moçambique o **Código de Ética e Deontologia Profissional dos jornalistas** foi criado em maio de 2012. A iniciativa foi do Sindicato Nacional dos Jornalistas com a participação do Instituto de Comunicação Social da África Austral MISA-Moçambique e a Associação das Empresas Jornalísticas e de Editores.

A questão ética domina muitos debates contemporâneos sobre o jornalismo. É preciso destacar estudos de autores internacionais como os de Bruun (1979), Meyer (1987), Hulteng (1990), Goodwin (1993), Laitila (1995), Christians (1998) e Bertrand (2002). Em língua portuguesa, no Brasil, a lista parte de Christofolletti e passa por Erbolato, Karan, Abramo, Alberto André, Arbex Jr. Barros Filho, Bucci, Dines, entre outros.

Estudos realizados em varios países entre europeus e muçulmanos pelo pesquisador do German Institute for Middle East Studies, Kai Hafez, em Hamburgo mostram revelações bem contemporâneas. Hafez (HAFEZ, 2002 Apud CHRISTOFOLETTI, 2016) aponta que, apesar das diferenças culturais, políticas, econômicas e, principalmente, religiosas, as questões que mais afetam a ética jornalística são as ligadas a aspectos formais das noções de ética, como as relações entre público e privado.

(...) mostramos que muitos códigos europeus, bem como os orientais, tentam equilibrar o pessoal e o privado com o interesse público. Códigos orientais procuram proteger a privacidade de forma mais rigorosa do que os seus homólogos europeus, mas a proteção dos direitos da privacidade não é sinal de uma abordagem coletivista da ética. Pelo contrário, o indivíduo parece melhor protegido do sensacionalismo do público pelos códigos orientais do que pelos europeus. (HAFEZ, 2002, p. 244 Apud CHRISTOFOLETTI e FERREIRA, 2016)

Talvez seja até duro demais para um europeu ler essa interpretação da pesquisa. O protagonismo dos valores éticos ocidentais é mais forte no oriente segundo constatou Hafez. Existe, no entanto uma

questão que perpassa todos os aspectos, a econômica, no que se refere a questão de mercado, especialmente.

Uma empresa jornalística precisa que os jornalistas sigam as orientações éticas para manter sua credibilidade, a qual está diretamente relacionada com o seu sucesso financeiro. Esta circunstância é, sem dúvida, diferente de algumas outras profissões, em que as organizações empresariais, com um motivo financeiro, por vezes prejudicam a conduta ética para economizar dinheiro. (DUGAN, 2008, p. 803 Apud CHRISTOFOLETTI e FERREIRA, 2016)

Em tese, uma empresa não jornalística tem mais tendências a esquecer a ética quando se trata de aumento de lucro. Quando a Volkswagen falseou os testes das emissões de gases poluentes ela perdeu credibilidade, teve baixa de suas ações nas bolsas, mas isso não atingiu em cheio o negócio. Apesar do prejuízo o escândalo não deve marcar a empresa como fraudadora, pois a fraude foi quanto ao nível de poluição dos motores a diesel, se fosse um problema com relação ao fator principal do negócio, a potência declarada dos motores, por exemplo, a perda seria muito maior.

Se o principal património de uma montadora de automóveis é a qualidade e desempenho dos seus automóveis (o nível de poluição é um fator importante para a minoria dos consumidores), para os veículos de comunicação o compromisso com a verdade é o mais importante dos valores, tanto é que toda vez que há um erro ou um problema editorial há um movimento grande para diminuir a gravidade ou anunciar medidas de impacto para aplacar os efeitos negativos junto aos seus receptores.

Foi assim no caso do New York Times em Maio de 2003, quando se descobre que o repórter Jason Blair, durante vários anos, mentiu, inventou fontes e fingiu ter estado em lugares onde jamais esteve. Blair chegou a ganhar um prêmio Pulitzer (que foi cassado logo após o escândalo) e provocou a demissão do editor-executivo e do chefe de redação do jornal.

O que se seguiu ao caso foi uma tremenda crise na empresa jornalística. As vendas despencaram e todos os envolvidos foram demitidos. Ao mesmo tempo medidas administrativas de grande impacto foram tomadas pela direção. Uma delas foi a implantação do cargo de ombudsman, chamado de editor público no NYT. Trata-se de um espaço dos leitores, independente da estrutura editorial do jornal, que recebe reclamações do público e encaminha resoluções. Outra foi a criação de um “editor de padrões”, que é uma função interna dentro da hierarquia da redação. Ainda foi criado um programa para avaliar regularmente o trabalho jornalístico.

Após o escândalo, o NYT teve perdas gigantescas, precisou fazer enormes investimentos contratando pessoas e criando novas estruturas. Mesmo assim não tem conseguido resolver o principal problema: a diminuição no número de leitores.

A comparação do caso Volkswagen com o do New York Times mostra que a perda financeira e moral é muito mais significativa para o NYT. Isso porque a questão ética é um dos principais fundamentos de uma empresa jornalística.

Existe, no entanto, demonstrações recentes que podem desconstruir esse raciocínio. Por exemplo, a revista *Veja* no Brasil, apesar de ter amargado prejuízos a ponto de ter de vender parte do prédio que era sede da empresa (Editora Abril), mesmo assim continua sua luta contra o governo. Contra Lula e o PT, especialmente. Ainda que isso signifique perda de credibilidade e dinheiro, a revista, a editora, planejam algo maior (que acabe com a crise da empresa), mas isso só poderá acontecer com a queda do atual governo, com o fim dessa forma de governar que o Brasil vive desde 2002, por isso a campanha contra a presidente Dilma, e o ex-presidente Lula e todos que os apoiem.

A questão, então, deixa de ser ética e passa a ser puramente um negócio. Mesmo em um lugar onde um governo controla os meios, quem controla os governos é o capital. O aspecto moral, a deontologia sucumbe diante dos lucros e da manutenção de status quo, onde os dirigentes devem continuar a dirigir as sociedades.

Por isso a maior parte (avaliação dos autores desse relatório) dos pensadores do assunto (Ética) crê que para superar isso é necessário tornar a produção da mídia mais aberta, ampliar as oportunidades de voz e vez das camadas mais marginalizadas da sociedade. Não há como exigir ética sem discutir e eleger padrões mínimos para cobrar essa ética. Padrões mínimos porque a sociedade que tem informação pode exigir e a que não tem, não pode. Quando não existia leis de Defesa do Consumidor ninguém tinha o hábito de exigir seus direitos. Hoje qualquer cidadão pode abrir a boca e reivindicar, tem fórum e tem tribunais especiais.

Esses padrões mínimos seriam os códigos de ética, mas eles, mesmo onde existem, não são “leis”, são aconselhamentos que convivem com regras particulares. Exemplo, ainda que haja uma regra que é tida como ‘de toda a nação’, empresas isoladas criam o seu próprio código e passam a se guiar por regras específicas.

Um texto muito citado no debate sobre ética jornalística é o de Claudio Abramo, “O jornalista e a ética do marceneiro”. Publicado em 1988 ele aponta que não deve existir uma ética isolada do jornalista: “O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista.” (ABRAMO, 1988) Pode-se dizer também: o que é ruim para a sociedade é ruim para o exercício profissional do jornalismo.

Para debater sobre ética jornalística, portanto, é preciso, em primeiro lugar, entender a ideia de ética como valor humano. Para a filósofa Marilena Chaui a ética é como um “código de conduta”. Esse código estabelece os valores de uma sociedade. Esses valores partem da consciência moral e das deliberações de cada um no agir social. Ela sublinha que esses valores não são inatos, dependem dos

aspectos culturais em que estão inseridos, e são ensinados e aprendidos para a manutenção da organização social (CHAUI, 2003).

Na verdade esse debate nasce com a própria racionalidade. Todos os registros históricos indicam que as mais remotas civilizações (inclusive as pré-históricas) debatiam-se por questões envolvendo o “agir correto”. Os gregos tornaram a questão como um dos principais pontos da filosofia humana. Ainda segundo Chaui (2005), uma conduta é ética quando envolve a consciência de quem a pratica de forma livre, sem coerção. Assim, a ética surge quando há a possibilidade livre de escolha entre ações distintas em que pesam interesses pessoais e coletivos, a moralidade ou não de certos meios para se conseguir os fins, o respeito ou à transgressão às regras, entre outras opções que abrangem o senso moral, as virtudes e os vícios.

No jornalismo os conceitos éticos estão ligados, principalmente, a questão da veracidade. Em uma pesquisa realizada a partir da leitura e interpretação de códigos de ética de vários países latino-americanos (10) Regina Cazzamatta conclui que “os jornalistas da região veem o conceito de neutralidade e objetividade com bastante ceticismo e se identificam muito mais com o papel do jornalista engajado pelas causas sociais e não do informante neutro”. (CAZZAMATTA, 2015)

A pesquisadora destaca que os textos dos códigos dos dez países mostram que é importante o jornalismo ser visto como uma prestação de serviços. Se o profissional jornalista tem essa característica, ele estaria garantindo o direito fundamental do público ser informado. Cazzamatta aponta, ainda, que perante a situação dos direitos humanos na América do Sul, argumenta-se, com frequência, que a objetividade não seria possível (Restrepo, 1999, p. 229 Apud CAZZAMATTA 2015). Como demonstrado anteriormente, essa discussão reflete-se também de algumas formas nos códigos. “Pergunte a dez jornalista o que significa objetividade e você receberá dez repostas diferentes” (Cunningham, 2003 Apud CAZZAMATTA, 2015).

Como se pode ler até aqui, não existe nenhum padrão de ética jornalística. Os esforços são mais no sentido de produzir um parâmetro mínimo. Mesmo quando a pesquisa é dirigida especialmente para avaliar e comparar os parâmetros de 10 países com relação aos códigos de ética utilizados, o resultado aponta para uma demonstração de que há duas grandes vertentes sobre o entendimento do que deve ser ética jornalística. De um lado há os que se consideram fiscais da população e defensores dos menos favorecidos. De outro os que se identificam mais com o papel do jornalista mediador e informante, que simplesmente relata os fatos de forma neutra, apresenta ideias e apresenta-se como porta-voz da sociedade.

No contexto africano e moçambicano o cenário não é muito diferente. Pode se verificar essas duas posições com facilidade. O que mais pesa aqui é a repercussão que o entendimento sobre o que é ética jornalística e os efeitos da sua existência/observação no contexto local e regional. Quer dizer uma coisa é

o que eu entendo por ética e por ética jornalística, outra coisa é o que eu realizo como profissional pressionado pelo “mercado”.

Se pensarmos como WARD (Apud CAZZAMATA), que vê a ética dos meios de comunicação, na perspectiva micro e macro, onde a micro trata da dimensão individual do jornalista e a macro se ocupa do que as organizações/empresas devem fazer, pode-se dizer que os aspectos da ética jornalística moçambicana precisam de mais ajustes no nível macro.

O profissional não se preocupa com a ética, mas sim com a “ética” que a organização na qual trabalha está adotando. Se a empresa apoia o presidente da República, ele é preservado, se é contra, será cruxificado.

Isso ainda acontece porque há pouco debate social sobre o assunto e a legislação é quase que um monopólio do Estado que só lembra de sua existência quando há pedidos expressos. Especialmente quando há ataques as posições do poder, como no caso do processo movido pelo Ministério Público em que o ex-presidente Armando Guebuza acusou os jornalistas Castel-Branco e Sergio Banze de calúnia e difamação contra a honra. Os acusados foram absolvidos, mas a sensação de que existe uma “proteção” aos poderosos permanece.

Os casos de violações éticas nos órgãos de comunicação social em Moçambique foram investigados a partir da análise de conteúdo. Para tanto utilizou-se uma grelha com categorias de análise pré-definidas (ver anexo 1). Parte dos conteúdos analisados foram submetidos ao grupo focal.

Essa linha de produção da pesquisa foi seguida tanto entre os veículos impressos como entre os electrónicos. O universo contou com conteúdos das televisões TVM e STV e os jornais Notícias, O País, Savana e Canal de Moçambique.

O caminho metodológico compreendeu a seleção de conteúdos a partir de categorias previamente escolhidas (ver grelha no anexo 1). Primeiro foi realizada uma busca geral para identificar os principais casos de violações éticas nos órgãos de comunicação social em Moçambique nos veículos já citados. Entre esses casos foram eleitos aqueles que deveriam ser submetidos ao grupo focal. Toda a seleção compôs a base de dados da pesquisa que revelou as informações que apresentamos nesse relatório.

Resumidamente podemos entender a praxis da análise de conteúdo como um trabalho de associação intelectual. Escolhemos um tema e observamos nos locais onde esses temas são verificados a frequência que eles ocorrem e, a partir da escolha de categorias específicas de expressões ou palavras, verifica-se as manifestações observáveis tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo.

Nessa pesquisa optamos por produzir pró-análises como uma forma de sistematizar ideias iniciais que surgem a partir do domínio de um referencial teórico mínimo que permite o estabelecimento de categorias/indicadores para produzir as interpretações das informações coletadas. A partir daí realizou-se uma leitura geral do material escolhido para a análise, obedecendo as seguintes operações de raciocínio:

Leitura geral: onde há o primeiro contato com o material base para a coleta de dados, aqui se dá o conhecimento inicial da base de dados eleita;

Escolha dos dados: onde o pesquisador separa aquilo que tem mais representatividade a partir da contraposição com as categorias escolhidas;

Confrontação com as hipóteses e objetivos: os dados vão sendo relacionados com os itens do projeto de pesquisa;

Elaboração de indicadores: o conhecimento teórico prévio permite interpretar o material coletado, chegando-se a escolha de indicadores que vão proporcionar uma melhor visualização do dados;

Conforme Bardin (2004), a escolha dos dados de análise precisa obedecer alguns critérios. Aqui vamos destacar alguns deles. A exaustividade, quando o pesquisador deve perseverar para não deixar nenhum elemento fora da pesquisa. A representatividade, que pode ocorrer quando a seleção revela um número muito elevado de dados, nesse caso é preciso identificar se a amostra é uma parte realmente significativa do universo inicial (Bardin, 2004).

Para Laurence Bardin, que é professora assistente do curso de Psicologia na Universidade de Paris V, os documentos escolhidos devem ter homogeneidade, obedecendo critérios de escolha e não apresentando uma grande singularidade, devendo obedecer os critérios prévios. Assim, se um dos critérios foi a proximidade geográfica, nenhum item escolhido pode não obedecer isso.

Bardin aponta, ainda, que deve haver pertinência entre a fonte documental e o objetivo principal da análise. Não será possível procurar informações oficiais ou mesmo “sérias” em publicações de sátira política, por exemplo.

Cumpridas essas “exigências” começamos a explorar o material coletado. Nessa pesquisa foi realizada uma pré seleção que deu origem as categorias iniciais, sendo a principal delas as unidades informativas relacionadas com questões éticas em Moçambique. Consideramos essas as categorias iniciais, que geram as categorias intermediárias, fundamentais para que se cheguem nas categorias finais.

Nesse estudo as categorias finais são as seguintes: falta do contraditório; metonímias generalizadoras; incitação de crimes; uso de adjetivos; juízo de valor; ausência de fontes; erros gramaticais; pré-julgamento; uso indevido de vocábulos. Não houve intenção de produzir um raciocínio definitivo ou eleger categorias que pudessem dar conta de todo o fenômeno, mas apenas eleger critérios que pudessem orientar melhor a análise.

A falta de contraditório se refere as informações que foram veiculadas com apenas uma versão dos fatos. Não foi apresentada uma segunda ou várias interpretações. Isso pode ocorrer de forma deliberada ou por falta de oportunidade, embora seja comum a menção disso com a célebre expressão: fulano foi procurado pela reportagem mas não foi localizado até o fechamento edição.

Na pesquisa percebeu-se que todos os veículos pecam nesse quesito. O raciocínio das pautas jornalísticas é muito mais no sentido de obter fontes que “consagrem” uma idéia já escolhida. Os fatos se moldam a pauta, quando deveria ser justamente o contrário.

Metonímia generalizadora é quando o texto acaba vinculando uma categoria ou grupo social com um conceito ou pré-conceito. Isso pode ocorrer com relação a etnias, grupos sociais, religiosos ou mesmo profissionais. Jamais se poderia afirmar que os jornalistas são contumazes nas falhas éticas.

Quanto a incitação a crimes a expressão já é auto explicativa. Não se pode utilizar o prestígio e a visibilidade dos meios de comunicação para promover qualquer tipo de ódio ou discriminação violenta. No Brasil é comum comentaristas ou apresentadores de programas policiais apregoarem que “bandido bom é bandido morto”. Invariavelmente isso provoca um incentivo a massacres, linchamentos e outras formas de “justiça pelas próprias mãos”. Em Moçambique isso também se verifica.

O uso indevido de adjetivos também é considerado uma falha na produção jornalística que pode gerar problemas a partir da recepção dos conteúdos por parte da população. Afirmer que a pena atribuída a um réu foi “exemplar” vai produzir mal entendidos tanto entre os defensores, quanto entre os acusadores de um réu.

Fazer juízo de valor em textos jornalísticos é considerado um erro ético grave. Dele podem advir muitos problemas, pois inúmeros receptores tem nos meios de comunicação sua única fonte de informação para formar opinião, para por sentido nos acontecimentos da sociedade em que vive. Assim, se eu afirmo em uma peça jornalística que um árbitro de futebol prejudicou um time, estarei julgando os seus atos, mesmo que não esteja constituído e não tenha autoridade para tal.

Outro problema grave na produção jornalística é a ausência de fontes. Essa categoria de análise nessa pesquisa é entendida como se o jornalista, propositadamente, esquecesse de mencionar uma fonte reconhecida para dar mais robustez a uma posição com a qual simpatiza. Se há um acusado e um acusador eu não posso abrir espaço somente para um deles.

Os erros gramaticais representam uma categoria que também fala por sí. Ainda que não se possa afirmar que houve intenção prévia, existem situações em que o uso indevido de uma preposição, por exemplo, pode mudar o sentido de uma frase e, assim, dificultar o entendimento do fato por parte dos receptores.

Quando se fala de pré-julgamento a referência é expressa as situações onde o jornalista toma para sí o poder de condenar ou absolver alguém ou alguma entidade. Mesmo que isso não esteja explícito. Ao escrever que “Joseph Blatter não tem perfil de homem corrupto” eu estarei induzindo o receptor a inocentar o ex-presidente da FIFA.

A categoria do uso indevido de vocábulos também pode significar um procedimento involuntário. Mesmo assim a repercussão tem chances de tornar-se um problema de comunicação quando o leitor consegue fazer uma “outra leitura” a partir do erro. Um exemplo é trocar o local de nascimento do

presidente “Niussi visitou sua terra natal, a Niassa”. Os habitantes de Cabo Delgado podem entender que o presidente está “renegando” sua terra e adotando outra, ao invés de atribuir a informação a um erro de quem escreveu o texto e ignora ou enganou-se sobre o local de nascimento do Presidente moçambicano.

Essas categorias orientaram a análise das produções jornalísticas observadas em 2014 e 2015 e serviram de base para coletar o material submetido ao grupo focal. O procedimento para eleger e trabalhar diretamente com o grupo focal foi instruído a partir de princípios metodológicos que podem ser resumidos assim.

Para Morgan (1997) os grupos focais podem ser definidos como uma técnica de pesquisa qualitativa. Essa técnica é derivada das entrevistas realizadas junto a grupos. Kitzinger (2000) qualificou o grupo focal como uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Esses autores destacam que o principal objetivo dessa metodologia é reunir informações detalhadas sobre um assunto que será trabalhado junto a um grupo de pessoas a ser selecionado previamente pelos pesquisadores.

Essa escolha obedece a critérios que surgem a partir da definição sobre o que se busca com a recolha das informações. O planejamento se dá quando é possível identificar no grupo a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

O grupo focal, portanto, baseia-se na interação entre as pessoas. É dessa interação que surgirão os dados necessários para consolidar a pesquisa. A formação do grupo focal para esse trabalho sobre ética nos meios de comunicação em Moçambique seguiu critérios conectados com os objetivos da pesquisa. No planejamento inicial prevemos um grupo com cidadãos qualificados como de classe média, ou seja, aqueles que têm capacidade de consumo e que costumam ter acesso as produções dos meios de comunicação moçambicanos.

Não elegemos o critério renda somente. Entendemos que há produções radiofônicas, impressas e televisivas que são consumidas por cidadãos de todos os estratos sociais. Foram os investigadores os principais responsáveis pela criação de um clima, um ambiente favorável ao debate à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista (PATTON, 1990).

Assim, o grupo teve representações de amplos segmentos sociais como aqueles de faixas intermediárias de renda (entre 10 a 50 mil Meticais) e de escolaridade (básico, secundário e superior). Também foram contempladas as faixas etárias que compõem o maior percentual de audiência/consumo (entre 15 a 50 anos).

Para amparar teoricamente o trabalho de análise de dados quantitativos e de conteúdo utilizamos referências de autores como BAUER e GASKELL. O trabalho com dados qualitativos e quantitativos foi realizado a partir do entendimento que

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos

(visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido. (HERCOVITZ, 2007 p. 126)

Assim, o grupo focal produziu informações que foram cruzadas com os dados levantados a partir de pesquisas realizadas diretamente nas produções jornalísticas previamente definidas e que desembocaram no relatório final que se vê a seguir.

SUMÁRIO DOS RESULTADOS

A análise de conteúdo foi realizada a partir de edições dos principais jornais impressos de Moçambique, como o Notícias, O País, Savana e Canal de Moçambique. Já no âmbito do jornalismo eletrônico o foco foi para as coberturas jornalísticas da Televisão de Moçambique (TVM) e da Soico Televisão (STV). O período abrangido foi o de janeiro de 2014 a setembro/outubro de 2015.

Como mencionado anteriormente, a análise partiu da referência teórica de Bardin, especialmente, além de Morgan, Bauer, Gaskell, Moraes e Hercovitz, entre outros. Os dados foram gerados a partir da pesquisa direta nos jornais e telejornais do período citado.

Os aspectos éticos nas reportagens sobre questões fundamentais dos direitos humanos e dos grupos vulneráveis, como a criança, rapariga, doentes, direito à personalidade e vítimas de incidentes foram observados em diversos conteúdos veiculados no período. Vamos apresentar casos exemplares para significar essas questões de maneira mais particular. Não foi produzido um “ranking” geral, pois a análise quer oferecer um panorama que possa contribuir para encaminhar ações mais concretas na perspectiva de modificar a situação contemporânea. Ao final da análise enumeraremos algumas delas.

Os veículos analisados, de uma maneira geral, tratam as questões dos direitos humanos como pauta cotidiana. Isso quer dizer que o assunto só ganha espaço quando há uma “hardnews” ou quando uma fonte oficial resolve se manifestar a respeito. O jornal Notícias, que tem controle acionário do Estado (mais especificamente de quem está no poder, ou seja, do partido Frente de Libertação de Moçambique, a FEELIMO), possui características claramente “governista” e evita as pautas que podem “complicar” o Governo. Por exemplo, na maioria dos textos sobre o macro assunto direitos humanos, a principal ênfase vai para relatórios e fontes oficiais declarando o quanto o governo é “operoso” para tratar desses problemas.

Na questão da superlotação das cadeias públicas o conteúdo veiculado em 6 de Novembro de 2015, intitulado “Superlotação das cadeias PGR quer melhorias na gestão processual” só traz a versão da procuradora, Beatriz Buchili, sem nenhuma contextualização ou voz para uma posição que não seja a

governamental. A própria pauta foi gerada pela posição de poder. O jornal está fazendo a cobertura das ações da procuradoria, sem investigação, sem contextualizar, sem dar espaços para outras vozes, enfim, apresenta apenas a versão divulgada pelo governo.

A postura de cobertura jornalística das posições de poder também é verificada da mesma forma no jornal privado do grupo Soico, O País. Na reportagem "Primeira-dama diz que mulheres devem envolver-se mais na luta contra "caça" a albinos", veiculado em 26 de novembro de 2015 o foco é total para a esposa do presidente, Isaura Nyusi. Os albinos figuram apenas nas fotos. Nem mesmo as mulheres albinas ou as mães dos albinos foram ouvidas.

Exemplos como esse foram apresentados aos membros dos grupos focais. Após conhecerem ou reconhecerem os conteúdos abria-se a palavra e todos se manifestavam comentando o que havia lhes chamado a atenção, tanto nos veículos impressos como nos eletrônicos.

Os membros dos grupos focais eram estudantes, desempregados, profissionais com formação superior, enfim um substrato significativo da sociedade maputense e moçambicana. Todos eram consumidores de produtos jornalísticos.

O primeiro conteúdo eletrônico foi uma reportagem da Televisão de Moçambique (TVM), intitulada "Moçambola ao rubro (Desportivos e Costa do Sol anulam-se sem Golos)", veiculada em 28 de setembro de 2015. Os participantes do grupo Focal destacaram que havia muita informação na tela o que atrapalhava a concentração. O que estava escrito na parte debaixo da tela não tinha nada a ver com o que era falado. Também foram percebidos erros gramaticais e distorção da informação, como o nome do clube que foi apresentado como Desportivos ao invés de Desportivo.

O texto apresentado na tela mencionava que não sido feito golos, mas a reportagem apresentava quatro golos, dois para cada lado. Houve empate sim, mas foi 2 X 2 e não 0 X 0. Todos consideraram o problema como um erro técnico e uma falha profissional, não chegando a ser algo condenável do ponto de vista ético, quer dizer o prejuízo ético foi ocasionado pelo erro técnico.

No entendimento do grupo ao não ser fiel a realidade o programa jornalístico cometia uma violação as questões éticas, pois poderia induzir o telespectador ao erro. Foi lembrado que um dos jogadores que fez golo teria o "prejuízo" de não ter seu feito registrado.

Na análise de um veículo impresso um dos destaques foi a reportagem intitulada "triunfo dos patos" veiculada na edição de 5 de março de 2014 do jornal Canal de Moçambique. Todos no grupo destacaram a diferença entre o título da capa e da página interna do jornal. Na capa está escrito "Triunfo dos patos", no interior aparece "Triunfo dos maus".

Os membros do grupo focal destacaram que o texto comporta uma série de terminologias de difícil compreensão, o que obrigaria ao leitor consultar a um dicionário ou gramática, para perceber o que se pretendia dizer. Também foi observado que a informação é pequena e a peça jornalística mais parece um artigo de opinião do que uma reportagem.

Mesmo sem vínculos com partidos os presentes identificaram o texto como um “anti-Guebuza”. Parece estar a usar o jornal para atingir objectivos pessoais contra o ex-presidente. Mesmo sem ter um conhecimento para uma crítica técnica, os presentes conseguiam expressar opiniões a respeito do processo de produção do conteúdo. “A notícia é muito forte. O jornalista escreveu com emoção. Parece querer atingir alguém”, observou um dos membros do grupo.

Todas as falas dos presentes identificavam como principal problema ético nessa matéria do Canal de Moçambique o uso de adjetivos, juízo de valor, pré-julgamento, ausência de fontes, falta de contraditório, enfim todos os itens praticamente. Ainda que houvesse muita opinião o texto era apresentado como informativo, segundo avaliação dos presentes, e isso caracterizava uma das maiores violações éticas a de “vender uma coisa e entregar outra”, segundo resumiu um dos membros do grupo focal.

O outro conteúdo televisivo analisado foi o veiculado em 27 de setembro de 2015 na STV. A reportagem foi intitulada “Sangue na estrada” e tratava de um acidente de viação ocorrido na Zambézia. Os principais atropelos éticos verificados pelos participantes foram a exposição de imagens com mortos; ausência de fontes; nível de profundidade na investigação; postura da apresentadora.

A maior crítica foi quanto a exposição das vítimas. Isso extrapolaria os princípios éticos jornalísticos. Uma grande crítica foi quanto ao fato de os familiares das vítimas estarem a assistir o noticiário. “devem ter ficado pasmados”.

O nível de percepção dos membros do grupo estava bem apurado, o que fez eles apontarem a expressão facial da apresentadora como um problema ético. Segundo eles era possível perceber um “ar de riso”. Outra questão foi o fato de serem mostrados todos os rostos, sem nenhum tipo de proteção para as vítimas.

Foi apontado ainda a falta do nome dos entrevistados, principalmente testemunhas e parentes. A apuração sobre as causas do acidente ficou a desejar, parecia que o repórter só queria destacar a tragédia apenas.

Outro conteúdo de jornalismo impresso foi o veiculado em 3 de janeiro de 2014 no Jornal SAVANA com o título: “Natal aos tiros na Gorongosa”. A matéria retrata mais um episódio do conflito político-militar entre as forças governamentais e os homens da Renamo no ano 2014.

Os principais atropelos éticos verificados pelos participantes foram: juízo de valor; desconformidade entre o texto e a imagem na mesma página; conteúdo claramente negativo/desfavorável ao Governo e pré-julgamento.

Até mesmo no conjunto do texto foram detectados problemas, pois não havia uma sequência lógica dos acontecimentos. Os próprios tiros que eram anunciados no título tinham uma repercussão bem menor quando se lia o texto. Eles sequer ocorreram na Gorongosa.

Em mais um texto impresso o grupo discutiu e analisou o material veiculado no jornal Notícias em 4 de março de 2015 e intitulado “Assassinado Prof, de Gilles Cistac”. Como esse foi um tema muito debatido por todos moçambicanos na época houve críticas quanto a descontinuidade da cobertura jornalística. Até o final de 2015 não havia nem mesmo suspeitos do crime presos.

Os membros do grupo elogiaram o texto em sí, mas criticaram a veiculação da foto do cadáver. Eles poderiam ter “desfocado” a imagem, disseram muitos. Apontou-se também ambiguidades como o destaque “Responsabilizar os criminosos”, que dá entender que a Polícia já sabia o paradeiro dos criminosos, o que não era real.

Mesmo que realizassem a atividade pela primeira vez o grupo demonstrou muita tranquilidade e um alto nível de percepção. Houve quem ao final dos trabalhos pedisse mais atividades como aquela. A frase mais significativa, no entanto, foi a que destacou: “analisando os meios de comunicação a gente percebe como eles fazem coisas erradas, só que a gente não percebe porque não para pensar enquanto está vendo ou lendo”.

Referências

- ABRAMO, C. A regra do jogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ANDRÉ, Alberto. Ética e Códigos de Comunicação Social. Porto Alegre: Sagra, 1994.
- ARBEX JR., José. Showjournalismo – a notícia como espetáculo. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2001.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na comunicação. São Paulo: Summus, 2008.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERTRAND, Claude-Jean. A deontologia das mídias. Bauru: Edusc, 1999.
- BERTRAND, Claude-Jean. O arsenal da democracia. Bauru: Edusc, 2002.
- BRUUN, Lars (ed.). Professional codes in journalism. Prague, IOJ, 1979.
- BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- journalismo. SP: Contexto, 2008.
- CAZZAMATTA, Regina. Uma análise comparada dos códigos de ética jornalística nos países da América do Sul. Universität Erfurt/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2015.
- CHAUI, M. A existência ética. Cadernos de Formação: Pedagogia Cidadã - Ética e Cidadania, São Paulo: UNESP-Pró-reitoria de graduação, 2003.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Monitores de Mídia – Como o jornalismo catarinense percebe seus deslizes éticos. Univali-UFSC: 2003.
- CHRISTOFOLETTI, R.; FERREIRA, I. M. Direitos, valores e cuidados na era da transparência: uma volta ao mundo em códigos deontológicos. Florianópolis, 2012.
- CORNU, D. Ética da informação. Bauru (SP): Edusc, 1998.
- DI FRANCO, C. A Jornalismo, ética e qualidade. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DINES, A. O papel do jornal. Uma releitura. 5ª ed. ampliada e atualizada. SP: Summus, 1986.
- DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação. 2ª ed. Revista e ampliada. SP: Unesp, 2001.
- ERBOLATO, M. Deontologia da Comunicação Social. SP: Vozes, 1982.
- GOMES, Mayra Rodrigues. Ética e jornalismo – uma cartografia dos valores. São Paulo: Escrituras, 2002.
- GOODWIN, H. Eugene. Procura-se: ética no jornalismo. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993
- HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C. e BENETTI, M. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

- HULTENG, John L. Os desafios da comunicação: problemas éticos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- KARAM, F. J. Jornalismo, ética e liberdade. SP: Summus editorial, 1997.
- KARAM, F. J. Ética Jornalística e Interesse Público. SP: Summus, 2004.
- KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Orgs.). *Qualitative research in health care*. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.
- LAITILA, T. Journalists Codes of Ethics in Europe. *European Journal of Communication*, 10 (4), 527-544, 1995.
- MALCOLM, Janet. O jornalista e o assassino – uma questão de ética. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- MEYER, P. A ética no jornalismo. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- MORGAN, D. L. Focus Groups as Qualitative Research. London: SAGE Publications, 1997.
- PAIVA, Raquel (org.) Ética, cidadania e imprensa. Rio de Janeiro: Mauad, 2002
- PATTON, M. Q. Qualitative evaluation and research methods. 2. ed. Thousand Oaks: Sage; 1990.
- PERUZZO, Cicília M.K. & KUNSCH, Margarida M.K. (orgs.) Transformações da comunicação: ética e técnicas. Vitória: Intercom/UFES/Prefeitura Municipal de Vitória, 1995.
- SCHMUHL, Robert. As responsabilidades do jornalismo. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987
- SERVA, Leão. Jornalismo e desinformação. São Paulo: Senac, 2000.
- TOFFOLI, Luciene. Ética no Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.